



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 72/2021 - 2ª TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 72/2021 de autoria da Vereadora Duda Salabert tem como objeto instituir a Semana Municipal dos Povos Indígenas. Após a sua apreciação primeiro turno, ao projeto de lei foram apresentadas emendas supressivas que serão examinadas a seguir.

Na função de relator designado da matéria, segue fundamentação e voto, quanto aquilo que compete a Comissão de Legislação e Justiça, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Examinando as proposições legislativas apresentadas, verifica-se que a Emenda Supressiva nº 01 e a Emenda Supressiva nº 02 suprimem, respectivamente, o artigo 2º e o artigo 5º do projeto de lei 72/2021 visando a correção de inconstitucionalidade e ilegalidade constantes no texto original da proposição legislativa. Consistentes em determinação ao Poder Executivo do exercício do seu inerente e exclusivo poder regulamentador das leis e fixando prazo para efetuar tal desiderato, bem como excluindo a Semana dos Povos indígenas que se pretende instituir do calendário oficial do município, pois a referida semana não constitui evento apto a fazer parte do citado calendário oficial, a teor do parágrafo único do artigo 1º da Lei 8-762/2004.

As emendas supracitadas, sob o ponto de vista constitucional, estão em conformidade com a competência inserida no art.30, I da Constituição Federal e, como já mencionado, corrigem distorções que poderiam dar causa a veto do prefeito municipal a seus dispositivos.

Proj. de Lei Legislativa-07-04-2021-14:44-002801-1/2



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O exame de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da iniciativa legislativa em apreço com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal. Sendo assim, as emendas supressivas afiguram-se adequadas e não destoam de qualquer dispositivo do nosso ordenamento jurídico.

Verifica-se a regular tramitação e compatibilidade das proposições legislativas em tela com as exigências impostas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, razão pela qual concluo pela regimentalidade das mesmas.

CONCLUSÃO

Posto exposto, somos pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas Supressivas nº 1 e nº 02 ao Projeto de lei 72/2021.

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2021.



Reinaldo Gomes Preto Sacolão
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 108/2021

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 108/2021, de autoria dos vereadores Wanderley Porto; Álvaro Damião; Gabriel; Henrique Braga; Jorge Santos; Marcos Crispim; Reinaldo Gomes Preto Sacolão seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, Conforme documentos anexos:

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2021


Vereador Iran Melo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO I

Ao Conselho Federal de Medicina Veterinária

Solicito, encarecidamente respostas aos questionamentos abaixo sobre as exigências dispostas na Emenda 2 ao Projeto de Lei 108/2021 quanto a formação profissional para os adestradores no município de Belo Horizonte.

Emenda 2/2021 ao Projeto de Lei 108/2021

A prestação de serviço de adestramento de animais só poderá ser realizada por profissional adestrador capacitado que possua formação técnica em cursos zootécnicos de nível médio regularmente estabelecidos ou que possua experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos na atividade de adestramento de animais realizada em local regularizados para abrigamento de animais domésticos, tais como canis ou gatos, ou em clínicas especializadas.

Sob o risco de cercear o exercício da atividade de diversos profissionais adestradores, questiono?

1) Como uma entidade nacional de representação dos médicos veterinários, quais seriam os requisitos mínimos para o exercício da atividade de adestrador?

2) Como se dá, pelos critérios da CFMV, a formação dos adestradores de animais de forma geral?

3) Existem critérios de ingresso na CFMV? Se sim, quais são?

4) No que diz respeito ao trecho: (...) *possua experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos na atividade de adestramento de animais realizada em local regularizados para abrigamento de animais domésticos, tais como canis ou gatos, ou em clínicas*



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

especializadas., há registro de profissionais, no âmbito do Município de Belo Horizonte, registrados na CFMV, que se enquadram neste critério?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO II

Ao Conselho Regional de Medicina Veterinária - MG

Solicito, encarecidamente respostas aos questionamentos abaixo sobre as exigências dispostas na Emenda 2 ao Projeto de Lei 108/2021 quanto a formação profissional para os adestradores no município de Belo Horizonte.

Emenda 2/2021 ao Projeto de Lei 108/2021

A prestação de serviço de adestramento de animais só poderá ser realizada por profissional adestrador capacitado que possua formação técnica em cursos zootécnicos de nível médio regularmente estabelecidos ou que possua experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos na atividade de adestramento de animais realizada em local regularizados para abrigamento de animais domésticos, tais como canis ou gatis, ou em clínicas especializadas.

Sob o risco de cercear o exercício da atividade de diversos profissionais adestradores, questiono?

1) Como uma entidade nacional de representação dos médicos veterinários, quais seriam os requisitos mínimos para o exercício da atividade de adestrador?

2) Como se dá, pelos critérios da CRMV, a formação dos adestradores de animais de forma geral?

3) Existem critérios de ingresso na CRMV? Se sim, quais são?

4) No que diz respeito ao trecho: (...) *possua experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos na atividade de adestramento de animais realizada em local regularizados para abrigamento de animais domésticos, tais como canis ou gatis, ou em clínicas*



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

especializadas., há registro de profissionais, no âmbito do Município de Belo Horizonte, registrados na CRMV, que se enquadram neste critério?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO III

À Federação Brasileira dos Adestradores de Animais

Solicito, encarecidamente respostas aos questionamentos abaixo sobre as exigências dispostas na Emenda 2 ao Projeto de Lei 108/2021 quanto a formação profissional para os adestradores no município de Belo Horizonte.

Emenda 2/2021 ao Projeto de Lei 108/2021

A prestação de serviço de adestramento de animais só poderá ser realizada por profissional adestrador capacitado que possua formação técnica em cursos zootécnicos de nível médio regularmente estabelecidos ou que possua experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos na atividade de adestramento de animais realizada em local regularizados para abrigamento de animais domésticos, tais como canis ou gatis, ou em clínicas especializadas.

Sob o risco de cercear o exercício da atividade de diversos profissionais adestradores, questiono?

1) Como uma entidade nacional de representação dos adestradores, quais seriam os requisitos mínimos para o exercício da atividade?

2) Como se dá, pelos critérios da Federação, a formação dos adestradores de animais de forma geral?

3) Existem critérios de ingresso na FBAA? Se sim, quais são?

4) No que diz respeito ao trecho: (...) *possua experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos na atividade de adestramento de animais realizada em local regularizados para abrigamento de animais domésticos, tais como canis ou gatis, ou em clínicas*



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

especializadas., há registro de profissionais, no âmbito do Município de Belo Horizonte, registrados na Federação, que se enquadram neste critério?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO IV

Ao Chefe do Poder Executivo Municipal, Sr. Alexandre Kalil

Solicito, encarecidamente respostas aos questionamentos abaixo sobre as exigências dispostas na Emenda 2 ao Projeto de Lei 108/2021 quanto a formação profissional para os adestradores no município de Belo Horizonte.

Emenda 2/2021 ao Projeto de Lei 108/2021

A prestação de serviço de adestramento de animais só poderá ser realizada por profissional adestrador capacitado que possua formação técnica em cursos zootécnicos de nível médio regularmente estabelecidos ou que possua experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos na atividade de adestramento de animais realizada em local regularizados para abrigamento de animais domésticos, tais como canis ou gatis, ou em clínicas especializadas.

Sob o risco de cercear o exercício da atividade de diversos profissionais adestradores, questiono?

1) Os adestradores da Guarda se enquadram nos critérios estabelecidos pela Emenda 2/2021 ao Projeto de Lei 108/2021?

2) Como se dará a adequação da Guarda Municipal às normas propostas pela Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 108/2021?

3) Haverá impacto no orçamento atual?

4) Há clínicas especializadas em adestramento e comportamento registradas no Município de Belo Horizonte?

5) Existem quantos locais regularizados para abrigamento de animais domésticos, tais como canis ou gatis, no município?

6) Destes, quantos possuem atividade de adestramento de animais?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO V

Ao Comando da Polícia Militar de Minas Gerais

Solicito, encarecidamente respostas aos questionamentos abaixo sobre as exigências dispostas na Emenda 2 ao Projeto de Lei 108/2021 quanto a formação profissional para os adestradores no município de Belo Horizonte.

Emenda 2/2021 ao Projeto de Lei 108/2021

A prestação de serviço de adestramento de animais só poderá ser realizada por profissional adestrador capacitado que possua formação técnica em cursos zootécnicos de nível médio regularmente estabelecidos ou que possua experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos na atividade de adestramento de animais realizada em local regularizados para abrigamento de animais domésticos, tais como canis ou gatis, ou em clínicas especializadas.

Sob o risco de cercear o exercício da atividade de diversos profissionais adestradores, questiono?

1) Os adestradores da Polícia Militar se enquadram nos critérios profissionais estabelecidos pela Emenda 2/2021 ao Projeto de Lei 108/2021?

2) Como se dará a adequação da Polícia Militar às normas propostas pela Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 108/2021, haja vista o Canil da PM/MG estar localizada no Município de Belo Horizonte?

3) Haverá impacto no orçamento atual da PM/MG?

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM SEGUNDO TURNO — PROJETO DE LEI 138/2021

VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Vereadores Bim da Ambulância e Léo que *Declara Belo Horizonte Capital Nacional do Wheeling - "grau"*.

O Projeto foi aprovado em primeiro turno e uma Emenda Modificativa foi apresentado pela Comissão de Legislação e Justiça.

Designado Relator para análise da Emenda, passo à fundamentação de parecer e voto.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

A Emenda nº 1 ao Projeto de Lei 138/2021 altera o texto do artigo primeiro para deixar claro que a proposição de lei busca homenagear a prática esportiva, e não as manobras em si, haja vista a execução do Wheeling em espaço inadequado e/ou não regulamentado configurar conduta ilegal pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante a análise da constitucionalidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça observar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da Federal e/ou da Constituição Estadual.

Projeto de Lei 138/2021 - 15-04-2021-14:43-002901-1/2

No que concerne à Emenda em apreço, observa-se que a alteração implementada no Projeto original encontra-se em consonância com a Constituição da República e com a Constituição Mineira, haja vista a questão analisada trata-se de matéria de interesse local. Nestes termos a proposição encontra-se amparada pela disposição do art. 30, I, da Magna Carta e do art. 171, I, da Carta Mineira.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Ademais, evidencia-se que a proposição em tela não ventila em sua matéria preceitos sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, tampouco estabelece atribuições aos órgãos do Poder Executivo.

Por tudo exposto, a Emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 138/2021, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Juridicidade e da Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

No que concerne ao tópico em tela, observa-se que não há conflito da Emenda nº 1 com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte e/ou com a legislação infraconstitucional do ordenamento jurídico pátrio.

A Emenda em apreço, dessarte, encontra-se respaldado pela legalidade e juridicidade.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que concerne à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Emenda nº 1 ao Projeto de Lei 138/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

Sou, então, pela conclusão que segue.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei 138/2021.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2021.



Vereador Irlan Melo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO DO PROJETO DE LEI 193/2021
VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Foi protocolizado nesta Câmara de Vereadores o Projeto de Lei 193/2021 de Autoria: Ver. (a) Marcos Crispim; Ver.(a) Professora Marli; Ver.(a) Walter Tosta; Ver.(a) Wanderley Porto que "Dispõe sobre a inclusão de categorias e isenções na taxa de inscrição nas corridas de Rua realizadas no Município de Belo Horizonte". Tendo sido devidamente instruído e recebido pelo Presidente, conforme determinação do art. 52, I, "a" do Regimento Interno, uma vez designado como relator, passo à análise do aspecto constitucional, legal e regimental das referidas emendas.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto dispõem sobre a inclusão das categorias de atletas com deficiência, de crianças e adolescentes, nas corridas de rua realizadas no Município de Belo Horizonte, sendo obrigatória a divulgação dessas categorias nos anúncios dos eventos.

Após breve explanação do mérito, passo a análise afeta a esta Comissão permanente.

2.1 DA CONSTITUCIONALIDADE

Passando à análise acerca da constitucionalidade do Projeto de Lei 193/2021, verifico que o disposto na proposição está em conformidade com o que determina a Carta Constitucional de 1988, uma vez que adstrito aos limites de sua competência, como passa a demonstrar.

A Constituição estabelece em seu art. 30 que:

*"Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local"*

Ademais o Art.222 da Constituição do Estado de Minas Gerais dispõe:

Art. 222 - É dever do Estado promover ações que visem assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade, o direito a vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão

Ante o exposto, resta clara a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, e a consonância do analisado Projeto de Lei com os ditames constitucionais, de maneira que me

posiciono pela constitucionalidade do PL.

2.2 DA LEGALIDADE

O Projeto de Lei em questão, possui alguns vícios de legalidade, de modo que se faz necessário a apresentação de emenda substitutivo para que, modificando o seu texto, possa ser aprovado e sancionado em sua totalidade, o que faço neste parecer.

O projeto inicial tenta definir a faixa etária da criança e do adolescente e visa conceder o benefício de meia entrada a este público-alvo, o que já é definido pela Lei Federal do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e pela 12.933/13 que dispõe sobre o benefício da meia entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artísticos culturais e esportivos. Não podendo norma municipal extrapolar ou redefinir matéria de âmbito nacional.

Posto isso, encaminho pela legalidade do projeto, com apresentação de emendas

2.3 DA REGIMENTALIDADE

No que tange à regimentalidade, verifico a correta instrução e respeito às normas dispostas no Regimento Interno da Câmara Municipal. Após o protocolo o projeto foi recebido e devidamente instruído. Em análise ao texto verifica-se o respeito às normas internas e à técnica legislativa. Não havendo constatado qualquer irregularidade, manifesto pela regimentalidade do projeto.

3 CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 193/2021 com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2021.



Vereador Gabriel.

Emenda Substitutivo ao PROJETO LEI Nº193-2021

Dispõe sobre a inclusão de categorias e isenções na taxa de inscrição nas corridas de Rua realizadas no Município de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam incluídas as categorias de atletas com deficiência, de crianças e de adolescentes, nas corridas de rua realizadas pelo Poder Público no Município de Belo Horizonte, sendo obrigatória a divulgação dessas categorias nos anúncios dos eventos.

Paragrafo Único - O Poder Público só poderá realizar parcerias e realizar apoio institucional aos eventos esportivos destas modalidades que seguirem os dispostos nesta lei

Art. 2º — Entende-se por categorias “atletas com deficiência” as pessoas com deficiência nas seguintes modalidades:

I — CADEIRANTES — atleta que utiliza o auxílio de cadeira de rodas esportiva (com 3 rodas) ou para competição, com uso obrigatório de capacete, não sendo permitido o uso de cadeiras de uso social, cadeiras motorizadas, handy eles ou auxílio de terceiros;

II — DEFICIENTE VISUAL — atleta que tem deficiência visual, caracterizada pela perda ou redução significativa da capacidade visual em um ou ambos os olhos, independente do grau ou tipo, devendo obrigatoriamente correr com um atleta guia, unidos por um cordão (no máximo 0,5 m de comprimento) a um dos dedos da mão ou braço ou cinta específica para guias, não podendo em nenhuma hipótese dispensar o mesmo;

III — AMPUTADO DE MEMBRO(S) INFERIOR(ES) — atleta que tem deficiência no(s) membro(s) inferior(es), com ausência total ou parcial de um ou dois membros inferiores, que utilize prótese especial para sua locomoção;

IV - DEFICIENTE INTELECTUAL - atleta que..apresenta quociente intelectual (QI) abaixo de 70 e/ou limitações das áreas de habilidade e adaptação (comunicação, cuidado pessoal, relacionamento em casa, habilidade social, recreativa, saúde e segurança, Sentido e direção, desenvolvimentismo acadêmico, relacionamento na comunidade e trabalho); independente do grau de deficiência, devendo obrigatoriamente correr com um atleta guia, unidos por um cordão (no máximo 0,5m de comprimento) a um dos dedos da mão ou braço ou cinta específica para guias, não podendo em nenhuma hipótese dispensar o mesmo;

V - DEFICIENTE DE MEMBRO(S) SUPERIOR(ES) - atleta que tem ausência total ou parcial de qualquer parte do(s) membro(s) superior(es), gerando alteração do eixo de equilíbrio, causando desestabilização ao caminhar;

Vi- DEFICIENTE AUDITIVO - atleta cuja audição não é funcional, com perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis com ou sem prótese auditiva.

Art. 3º - É obrigatória a isenção do pagamento de taxa de inscrição às pessoas enquadradas na categoria de atletas com deficiência. (NR)

Art. 4º - Fica garantida aos participantes que usufruírem da isenção a que se refere o artigo 3º desta Lei o recebimento dos benefícios concedidos aos demais atletas.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2021.


Vereador Gabriel.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 194/2021

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 194/2021, de Autoria: Ver.(a) Henrique Braga, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito,

Considerando-se que, no Município de Belo Horizonte a questão é regulada por legislação específica, qual seja, a Lei nº 9.691/09 que "Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências" e pela Lei Diretor 11.181/2019 que "Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências"

Entendemos ser necessária a seguinte providencia no que tange o Projeto 194/ 2021 para formulação do devido juízo acerca de seu aspecto jurídico, nos termos do art. 52, I, "b" do Regimento Interno:

Seja o Projeto baixado em diligência nas termos do art. 86, II do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, a fim de que seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer acerca da pretendida mudança de praça para parque e consequentemente mudança em seu zoneamento da referida praça JOSÉ VERANO DA SILVA (denominada pela comunidade Praça da FEBEM), localizado na avenida Olinto Meireles entre a rua Eridano, alameda Louzak e rua Joaquim Teixeira de Moraes — Barreiro bem como sua nomeação para Parque JOSÉ VERANO DA SILVA.

Belo Horizonte, 15 de outubro de 2021.



Vereador Gabriel



Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 196/2021

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 196/2021, de autoria Executivo: Mensagem nº 13, de 01/09/2021, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, a Secretária de Assuntos Institucionais, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre a possibilidade de ampliação do projeto para que contemple não só o público alvo presente nas escolas municipais, mas sim ele como todo, estão presentes ou não no ensino público municipal, de modo a contemplar toda a população alvo.

Deste modo, solicita-se saber a viabilidade dessa expansão e se orçamento ainda suportará o aumento do público, evitando que a lei crie um gasto maior que o previsto e consequentemente a lei de responsabilidade fiscal.

Belo Horizonte, 15 de outubro de 2020.



Vereador Gabriel



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 199/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 199/2021, de autoria dos vereadores Ver.(a) Nely Aquino; Ver.(a) Álvaro Damiano; Ver.(a) Dr. Célio Frois; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Henrique Braga; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Wanderley Porto, que “Institui campanha Check Up geral nas mulheres para alerta e prevenção de todas as doenças e dá outras providências”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa instituir “a Campanha "Check Up" Geral nas mulheres para alerta e orientação a todas as mulheres, sobre o diagnóstico precoce e prevenção de todas as doenças”.

Conforme dispõe, o poder público deverá priorizar e implementar as seguintes atividades: palestras sobre a importância da atividade física; medição da pressão arterial; orientação nutricional e indicação de exames preventivos.

Como justificativa, expõe que “toda mulher tem direito de ser atendida por seu médico, ser examinada e assim prevenir doenças e até mesmo a morte”.

Após breve explanação do mérito, passo à análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa assim como à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine e prejudique o ordenamento jurídico.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I, II e VII da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

Ademais, o art. 171, inciso I, alínea “d” da Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe: “*Art. 171. Ao Município compete legislar: I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:*”.

Entretanto, por mais que seja louvável a preocupação em relação à saúde das mulheres, verifica-se que padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, a proposição de lei, resultante de iniciativa parlamentar, que estabelece a campanha “check up” geral no Município, uma vez que denota ingerência do Poder Legislativo no âmbito de atuação reservado ao Poder Executivo, constituindo ofensa ao princípio da separação de poderes, em violação ao disposto no art. 2º, da Constituição da República.

Ao determinar que os médicos e hospitais das unidades básicas de saúde, hospitais e demais equipamentos públicos são obrigados a realizar os pedidos de exames que descreve de forma indiscriminada, conforme pretende a proposição em questão, necessariamente haverá o envolvimento de toda uma estrutura administrativa para disponibilização de forma ampla desse serviço, gerando mais atribuições, contratação de funcionários e compra de equipamentos para a realização dos exames, além de todas as despesas dele decorrentes, dentre outras obrigações e incumbências ao Poder Executivo.

No mesmo sentido, ao determinar que o poder público implemente atividades como palestras, orientação nutricional e medição de pressão arterial, a proposição criar novas atribuições e despesas para a Administração Pública.

Com efeito, a iniciativa privativa das leis que disponham sobre atribuições ou estabeleçam obrigações a órgãos pertencentes à estrutura administrativa do Município compete



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ao chefe do Poder Executivo, conforme art. 66, III, “F”, da Constituição Estadual:

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;

Considerando que as normas constitucionais que tratam de processo legislativo, principalmente as que versam sobre reserva de iniciativa de leis, são de observância obrigatória por parte dos Municípios, o que se vê é a existência de vício formal de iniciativa, representando evidente usurpação de competência do Chefe do Poder Executivo.

Pelo princípio da simetria, a competência privativa do Presidente da República/Governador do Estado deve ser reproduzida pela Lei Orgânica do Município prevendo competência privativa do Prefeito.

Determina o art. 165, § 1º, da Constituição Estadual: “*Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil. § 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.*”

Ademais, cumpre observar que a proposição impõe a obrigatoriedade de solicitação de exames aos médicos e hospitais privados, gerando nítida interferência na atividade privada em violação ao art. 170 e seguintes da Constituição Federal.

Nesse sentido, lembro que o exercício da medicina é demasiado complexo e depende de uma série de avaliações técnicas as quais nascem da interação direta entre médico e paciente. É somente nesse momento que o profissional da saúde (seja de uma unidade pública ou privada) poderá verificar quais são os procedimentos e protocolos que deverão ser seguidos para garantir o diagnóstico mais preciso e adequado para seu paciente.

Pelo exposto, diante da violação ao princípio da separação dos poderes, da ocorrência de vício de iniciativa e, ainda, pela afronta aos ditames constitucionais acerca do livre exercício de qualquer atividade privada, resta configurada a inconstitucionalidade do Projeto de Lei n. 199/2021.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está em desacordo com o ordenamento jurídico, nos termos a seguir expostos.

A proposição de lei em questão, ao determinar a obrigatoriedade de solicitação de determinados exames pelos médicos e hospitais públicos, além de determinar que o poder público implemente atividades como palestras e medição de pressão arterial, onera o erário sem a necessária estimativa do impacto orçamentário-financeiro, o que implica em afronta aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

De tal modo, entendo pela ilegalidade do Projeto de Lei n. 199/2021.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 199/2021.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 199/2021.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

RELATORA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 201/2021

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 201/2021, de Autoria: Ver.(a) Walter Tosta, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, a Secretária da Fazenda, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre o custeio da política pública proposta, de modo, a saber a viabilidade do orçamento, evitando que se crie um gasto maior que o previsto e consequentemente desrespeite a lei de responsabilidade fiscal.

Belo Horizonte, 15 de outubro de 2020.


Vereador Gabriel

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 1438/21
DATA: 15/10/21
HORA: 14:44:28



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO **PROJETO DE LEI N. 204/2021** **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 204/2021, de autoria do Vereador Wilsinho da Tabu, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de Informação ao Legislativo sobre alterações nas tarifas do Serviço de Transporte Público de passageiros do Município de Belo Horizonte”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa “obrigar o poder executivo a informar ao poder Legislativo sobre reajustes nas tarifas de transportes públicos de passageiros com antecedência mínima de 20 dias corridos.”

Conforme dispõe, o poder público municipal deverá trazer as planilhas e outros elementos que servirão de base ao reajuste, divulgando amplamente para a população os critérios observados para o reajuste tarifário.

Como justificativa, expõe que “o poder fiscalizador do poder Legislativo será devidamente cumprido com a apresentação dos dados relativos ao aumento das tarifas de transporte público”.

Após breve explanação do mérito, passo à análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Nesse sentido, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)

Por fim, verifica-se que a matéria objeto do presente Projeto de Lei encontra respaldo nos ditames constitucionais, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII e art. 37, caput e §3º, inciso II, ambos da CF:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

Assim, as medidas estabelecidas no referido projeto de lei visam garantir a transparência dos atos administrativos, em observância ao princípio constitucional da publicidade, nos termos dos dispositivos retro mencionados.

Ademais, importa destacar que a proposição visa incentivar e implementar nova medida para o exercício da função fiscalizadora que compete ao Poder Legislativo, nos termos dos arts. 31 e 70, caput da CF:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Nos termos dos ditames constitucionais e da doutrina, a fiscalização exercida pelo Legislativo é matéria grande relevância para que se tenha um efetivo controle político e financeiro dos atos da Administração Pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 2444, manifestou-se no sentido de conferir constitucionalidade à Lei que obriga o poder Executivo a publicar dados básicos que visam servir à informação da população, desde que os custos gerados a partir dessa iniciativa sejam irrisórios. Isso, segundo o Ministro Dias Toffoli, garante o aprimoramento das medidas fiscalizatórias por parte do Poder Legislativo. A saber:

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 11.521/2000 do Estado do Rio Grande do Sul. Obrigação do Governo de divulgar na imprensa oficial e na internet dados relativos a contratos de obras públicas. Ausência de vício formal e material. Princípio da publicidade e da transparência. Fiscalização. Constitucionalidade. 1. O art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal atribuiu à União a competência para editar normas gerais de licitações e contratos. A legislação questionada não traz regramento geral de contratos administrativos, mas simplesmente determina a publicação de dados básicos dos contratos de obras públicas realizadas em rodovias, portos e aeroportos. Sua incidência é pontual e restrita a contratos específicos da administração pública estadual, carecendo, nesse ponto, de teor de generalidade suficiente para caracterizá-la como “norma geral”. 2. Lei que obriga o Poder Executivo a divulgar na imprensa oficial e na internet dados relativos a contratos de obras públicas não depende de iniciativa do chefe do Poder Executivo. A lei em questão não cria, extingue ou modifica órgão administrativo, tampouco confere nova atribuição a órgão da administração pública. O fato de a regra estar dirigida ao Poder Executivo, por si só, não implica que ela deva ser de iniciativa privativa do Governador do Estado. Não incide, no caso, a vedação constitucional (CF, art. 61, § 1º, II, e). 3. A legislação estadual inspira-se no princípio da publicidade, na sua vertente mais específica, a da transparência dos atos do Poder Público. Enquadra-se, portanto, nesse contexto de aprimoramento da necessária transparência das atividades administrativas, reafirmando e cumprindo o princípio constitucional da publicidade da administração pública (art. 37, caput, CF/88). 4. É legítimo que o Poder Legislativo, no exercício do controle externo da administração pública, o qual lhe foi outorgado expressamente pelo poder constituinte, implemente medidas de aprimoramento da sua fiscalização, desde que respeitadas as demais balizas da Carta Constitucional, fato que ora se verifica. 5. Não ocorrência de violação aos ditames do art. 167, I e II, da Carta Magna, pois o custo gerado para o cumprimento da norma seria irrisório, sendo todo o aparato administrativo necessário ao cumprimento da determinação legal preexistente. 6. Ação julgada improcedente. (ADI 2444, RELATOR: MIN. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 06/11/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-021 DIVULGADO 30-01-2015 PUBLICADO 02-022015)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nesse sentido, vale frisar que a proposição não cria obrigações e não dispõe sobre atribuições de órgãos do Poder Executivo e, por tal razão, não há violação do princípio da separação dos poderes. Isso porque, objetiva dar transparência a dados que a própria Administração Pública possui ou tem acesso, aproveitando-se da estrutura já existente para divulgação de tais informações ao Poder Legislativo.

De tal modo, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 204/2021.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico, conforme passo a expor.

A Lei Federal n. 12527/2011 (Lei de Acesso à informação), fez com que todos os atos tomados por gestores públicos tivessem que ser publicizados, tornando o sigilo a exceção. A Lei trata da transparência ativa, que nada mais é que a divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público, ou seja, quando são tornadas públicas informações independentes de requerimento, utilizando a Internet. A divulgação proativa de informações de interesse público, além de facilitar o acesso das pessoas e de reduzir o custo com a prestação de informações, evita o acúmulo de pedidos de acesso sobre temas semelhantes. Assim é:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade;

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VII - informação relativa: a) à implementação, acompanhamento e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

No âmbito municipal, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte enumera as regras sobre o funcionamento do Transporte Público e do sistema Viário. Nesse sentido, destaca que as tarifas de serviços de transporte coletivo serão fixadas pelo Poder Executivo e que os cálculos da remuneração do serviço devem ser transparentes, de modo que entidades da sociedade civil, a Câmara dos Vereadores e a Defensoria do Povo tenham acesso.

Art. 197 - As tarifas de serviços de transporte coletivo, de táxi e de estacionamento público serão fixadas pelo Poder Executivo, conforme dispuser a lei.

§ 1º - O Poder Executivo deverá proceder ao cálculo da remuneração do serviço de transporte de passageiros às empresas operadoras, com base em planilha de custos, contendo metodologia de cálculo, parâmetros e coeficientes técnicos em função das peculiaridades do sistema de transporte urbano municipal.

§ 2º - As planilhas de custos serão atualizadas quando houver alteração no preço de componentes da estrutura de custos de transporte necessários à operação do serviço.

§ 3º - É assegurado a entidades representativas da sociedade civil, à Câmara e à Defensoria do Povo o acesso aos dados informadores da planilha de custos, a elementos da metodologia de cálculo, a parâmetros de coeficientes técnicos, bem como às informações relativas às fases de operação do sistema de transporte.

Todavia, salienta-se que a referida Lei Orgânica não estabelece um prazo para que essa prestação de contas seja feita. Por isso, o Projeto de Lei visa inovar o ordenamento jurídico ao complementar essa normativa e garantir a efetiva transparência e publicidade dos atos do poder público e está em harmonia com a referida Lei Orgânica e em consonância com a mencionada Lei Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ademais, conforme retro exposto nos termos da legislação federal e na Lei Orgânica Municipal, o reajuste de tarifas dos transportes públicos e a composição do referido preço são dados acessíveis à Administração Pública e devem ser divulgados à população, razão pela qual não se vislumbra a ocorrência de despesas para viabilizar que a informação seja fornecida ao Legislativo no prazo previsto no projeto em questão.

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 204/2021.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 204/2021.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 204/2021.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 205/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 205/2021, de autoria do Vereador Bim da Ambulância, que visa “Criar o Espaço Multiuso de Entretenimento e Lazer”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa criar o espaço Multiuso de Entretenimento e Lazer de Belo Horizonte, situado em logradouro público, na Av. Professor Cóvis Salgado, entre a Av. Heráclito Mourão de Miranda e a Rua Casa Blanca. O espaço será destinado a eventos coletivos variados, em especial, exposição de apreciadores de veículos históricos ou clássicos, rebaixados, caminhões trucados ou motocicletas.

Como justificativa expõe que “A cultura de veículos antigos e caminhões tem sido difundida por todo o Brasil, e Belo Horizonte, atualmente, não conta com um espaço que seja referência para esses eventos”.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de controle de constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República: “Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

interesse local;”.

E o art. 171, inciso I, alínea “d” da Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe: “*Art. 171. Ao Município compete legislar: I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:*”.

Entretanto, verifica-se que padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, a proposição de lei, resultante de iniciativa parlamentar, que estabelece, por meio de lei, a criação de Espaço Multiuso de Entretenimento e Lazer de Belo Horizonte, em logradouro público e que se destine a realização de eventos coletivos variados, uma vez que denota ingerência do Poder Legislativo no âmbito de atuação reservado ao Poder Executivo, constituindo ofensa ao princípio da separação de poderes, em violação ao disposto no art. 2º, da Constituição da República.

É ponto pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, a qual se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. A seu turno, ao Poder Legislativo cabe, de forma primeva, a função de editar leis, ou seja, estabelecer atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Cumprе recordar o ensinamento de Hely Lopes Meirelles, anotando que “a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante”. Sintetiza, ademais, que “todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art. 2º c/c o art. 31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário” (Direito municipal brasileiro, 15. ed., atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva, São Paulo, Malheiros, 2006, páginas 708 a 712).

Nesse sentido, quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo administra, editando leis que equivalem na prática a verdadeiros atos de administração, viola a harmonia e independência que deve existir entre os poderes estatais (art. 2º da Constituição Federal e art. 6º da Constituição Estadual).

Ademais, verifica-se que a justificativa da proposição aponta que a norma tem por finalidade destinar um espaço como referências dos eventos que menciona, sem, contudo, apresentar qualquer motivação para a escolha de local específico, o que se afigura incompatível com o princípio constitucional da impessoalidade que rege a administração pública (art. 37, caput, CF).

Por tal razão, concluo pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei n. 205/2021.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está em desacordo com o ordenamento jurídico, nos termos a seguir expostos.

Insta observar que o art. 31 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte estabelece, de forma expressa, que compete ao Prefeito a administração dos bens municipais, entres os quais se incluem as ruas e logradouros, inseridos na categoria dos bens de uso comum do povo (inciso I do art. 99 do Código Civil):

Art. 31 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Nesse sentido, importante registrar que, segundo o Supremo Tribunal Federal -- STF --, “tamanha é a intensidade da participação do bem de uso comum do povo na atividade administrativa que ele constitui, em si, o próprio serviço público [objeto de atividade administrativa] prestado pela Administração” (RE 581.947, Rel. Min. Eros Grau. ale de 27.05.2010).

Desse modo, à luz do disposto na LOMBH e do entendimento firmado pelo STF, evidencia-se que a proposição, de origem parlamentar, configura ingerência do Poder Legislativo frente ao juízo de oportunidade e conveniência do Poder Executivo, ao qual cabe, com exclusividade, planejar, organizar e controlar o exercício de atividades em ruas e logradouros, eis que tais atos se revestem de caráter eminentemente administrativo.

De tal modo, verifica-se a ilegalidade do Projeto de Lei n. 205/2021.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 205/2021.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 205/2021.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA

Antes de adentrar no exame de constitucionalidade propriamente dito, expomos uma mudança no posicionamento jurídico deste relator no que pertine a matéria tratada na presente proposição de lei, qual seja normas sobre posturas municipais. A jurisprudência não é unânime no exame da constitucionalidade do assunto.

Existem inúmeros julgados admitindo a inconstitucionalidade, ao argumento que cabe ao poder executivo a administração, gestão, regulação, organização do território municipal, bem como o estabelecimento de medidas, critérios, requisitos, condições e normas pertinentes ao exercício de atividades exercidas no espaço territorial ou bem público municipal e a respectiva exploração econômica dos mesmos. São típicos atos de administração. Assim, a iniciativa legislativa, a edição de normas e atos pertinentes a tal mister cabem ao executivo. Citamos:

Ação Direta Inconst 1.0000.09.508655-9/000 5086559-23.2009.8.13.0000 (2). Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Municipal. Iniciativa do Poder Legislativo. Regulação de posturas municipais. Uso de bem público. Intervenção na autonomia administrativa do Poder Executivo. É inconstitucional a lei, de iniciativa do Poder Legislativo, que interfere na autonomia administrativa atribuída ao Executivo, ao estabelecer normas sobre posturas municipais. A iniciativa para deflagrar processo legislativo, em matéria que envolva a organização administrativa, é princípio constitucional básico, que deve ser aplicado nas três esferas políticas da Federação. Representação julgada procedente.

Ação Direta Inconst 1.0000.06.449058-4/000 4490584-36.2006.8.13.0000 (2). LEI MUNICIPAL - REGULAMENTAÇÃO DE POSTURAS MUNICIPAIS - PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. É de ser declarada inconstitucional a Lei Municipal de iniciativa do Poder Legislativo que trata de normas sobre posturas municipais, por ofensa ao princípio constitucional da separação dos poderes, consagrado, em relação aos Municípios, no art. 173 da CEMG. Representação acolhida.

Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.0000.04.413751-1/000 4137511-96.2004.8.13.0000 (3). Município de Uberlândia. Lei Complementar Municipal nº 363, de 03 de agosto de 2004. Permissão de uso de bem público. Competência materialmente privativa da Administração Municipal, representada pelo Chefe do Executivo. Violação do princípio da harmonia e independência entre os Poderes. Representação procedente. 1. A definição de área ocupada por bancas de jornais e revistas em logradouros públicos, assim como o comércio e a exploração de publicidade nessas bancas ocorre, sob a forma de permissão de uso, a título precário, considerando que o espaço ocupado é bem público, e, portanto, de uso especial. Logo, em se tratando de permissão de uso de bem público, o que deve prevalecer é o interesse da Administração Municipal, e não do legislador. 2. Afirma-se, assim, que, ""in casu"", há nítida invasão de área de competência do Executivo, que fica jungido em seus poderes de administração à vontade da Câmara, mostrando-se a lei atentatória ao preceito da Constituição Estadual que dispõe, no art. 6º, serem ""Poderes do

Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário", princípio extensivo aos Municípios, na forma do arts. 165, § 1º e 173, "caput" e § 1º, da Constituição Mineira.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.0000.15.011971-7/000 - LEI 3.684/2015 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - REGULAMENTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO – INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO - VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PODERES. Segundo o art. 61, § 1º, II, "b", da Constituição Federal e o art. 171, I, da Constituição do Estado de Minas Gerais compete ao Chefe do Poder Executivo tratar sobre organização administrativa e assuntos de interesse local, respectivamente. Assim, deve ser declarada a inconstitucionalidade da Lei que trata de matéria afeta à organização administrativa do município, por vício de iniciativa.

Entretanto, existem outros tantos que admitem a iniciativa parlamentar em leis que tratem de posturas municipais, considerando-as constitucionais, por não disporem de matéria que não está inserida nas hipóteses de iniciativa privativa do chefe do executivo. Por esse entendimento, as hipóteses de iniciativa privativa estão previstas em *numerus clausulus* na Constituição Federal de 1988 – CF/88, devendo a interpretação ser restritiva em tais casos. a seguir:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI DO MUNICÍPIO DE INHAPIM - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS - LEI ORIUNDA DE PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL - ALEGAÇÃO DE INGERÊNCIA DO LEGISLATIVO EM MATÉRIA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO - MATÉRIA NÃO INCLUSA NO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA - REPRESENTAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. Compete ao Município, nos termos das Súmulas 419 e 645 do Supremo Tribunal Federal, fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais. As hipóteses de competência privativa do Chefe do Poder Executivo configuram um rol taxativo, sendo, portanto, *numerus clausus*, não comportando a ampliação de sua atividade legislativa. Verificando-se que a fixação de horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais não se encontra prevista no rol taxativo do art. 66, III, da Constituição do Estado de Minas Gerais, o processo legislativo para alterar estes horários poderia ter sido deflagrado tanto pela Câmara Municipal, quanto pelo Alcaide. (TJ-MG - Ação Direta Inconst: 10000140614595000 MG, Relator: Vanessa Verdolim Hudson Andrade, Data de Julgamento: 08/04/2015, Órgão Especial / ÓRGÃO ESPECIAL, Data de Publicação: 17/04/2015)

CONSTITUCIONAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Nº 3.607/14 do Município de Lagoa Santa. Instalação de bebedouros em orla da Lagoa. Vício de iniciativa parlamentar inexistente. Pedido julgado improcedente. - Sob a ótica do STF em sede de repercussão geral, não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trate da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos

nem do regime jurídico de servidores públicos. - Hipótese na qual a criação de obrigação consistente em instalar bebedouros de água na orla da lagoa central não se inscreve em nenhuma das situações indicadas no art. 66, III, a a i, da Constituição Estadual e que têm simetria com o art. 61, § 1º, da CF, motivo pelo qual não há vício de iniciativa parlamentar a ser pronunciado. (TJ-MG - Ação Direta Inconst: 10000160425393000 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 26/09/2017, Órgão Especial / ÓRGÃO ESPECIAL, Data de Publicação: 24/11/2017)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INSTALAÇÃO DE BRINQUEDOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS UTILIZADOS PELA ACADEMIA A CÉU ABERTO. PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. INOCORRÊNCIA. 1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 878.911/RJ, reconheceu a repercussão geral da matéria constitucional em debate e, no mérito, reafirmou a jurisprudência da Corte, "no sentido de que não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local". 2. Quando se tratar de norma de caráter geral que apenas estabelece diretrizes para a implementação das adaptações, deixando a cargo do Poder Executivo o seu planejamento, regulamentação e concretização, não há que se falar em vício de iniciativa ou violação ao princípio da separação e independência entre os poderes. (AÇÃO DIRETA INCONST Nº 1.0000.16.096925-9/000 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - REQUERENTE(S): PREFEITO DE BELO HORIZONTE - REQUERIDO(A)(S): CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE REPRESENTADO(A)(S) POR WELLINGTON MAGALHÃES)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.0000.15.048787-4/000 0487874-96.2015.8.13.0000 (2) - LEI Nº 4.743/2015 DO MUNICÍPIO DE CARANGOLA - OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS EM EVENTOS PÚBLICOS OU PRIVADOS REALIZADOS NO ESPAÇO PÚBLICO - PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO - POLÍTICA DE HIGIENE PÚBLICA EM SEU ASPECTO SANITÁRIO - VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - AUSÊNCIA - VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PODERES - INOCORRÊNCIA - PEDIDO IMPROCEDENTE. 1. A Lei que prevê a instalação de sanitários móveis (banheiros químicos) em eventos públicos ou privados, realizados nos bens de uso comum do povo (ruas, praças, parques, estádios, etc.), tem o claro objetivo de atender política de higiene pública em seu aspecto sanitário, tratando-se, pois, de prestação de serviço de utilidade pública. 2. A edição de Lei Municipal de iniciativa do Poder Legislativo que não trata de matéria que diz respeito à organização e o funcionamento da Administração Pública não implica em usurpação da competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Isto posto, visando privilegiar a iniciativa legislativa do poder legislativo e seu protagonismo normativo em ações públicas tendentes a beneficiar a cidade,

alteramos nosso posicionamento inicial passaremos a exarar pareceres jurídicos pela constitucionalidade de leis contendo esta matéria.

Ultrapassada essa questão, a juridicidade do presente projeto de lei sob o aspecto da constitucionalidade está presente, pois vemos que a matéria em apreço está em conformidade com o art. 30, I da Constituição da República.

Tal dispositivo prevê, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Essa competência legislativa se traduz no ordenamento dos assuntos e interesses da coletividade municipal localmente pelo legislador municipal. Ao propor normas de posturas que alteram a legislação da espécie, o parlamentar está em exercício pleno dessa competência, pois traz enunciado que reflete na vida do cidadão do município, pois trata de adoção de logradouro público e áreas verdes visando sua melhoria, conservação e incentivo a sua plena utilização pela população.

Assim, fiel ao novo posicionamento adotado, em consonância com a jurisprudência vinculada já elencada e os fundamentos jurídicos nela contidos não vemos óbices constitucionais à proposição de lei em tela.

Ponto digno de nota é que a constitucionalidade do projeto de lei necessita de alterações na redação de alguns dispositivos contidos no seu artigo 1º para se evitar ou minimizar interpretações que concluam por afronta ao art. 2º da Constituição Federal de 1988. Necessita, também, realocar o contido no art. 3º para o artigo 1º, por se tratar de dispositivo mais adequado a esta matéria, pois ela deve ser acrescida a lei de regência, afinal o que está disposto no artigo 1º é que será efetivamente acrescido à Lei 8616/2003. A inserção se dará como o §6º do Art. 45-D contido do citado artigo 1º. Necessário, por outro lado, adequar a redação que estava contida no artigo 3º original para evitar a afronta ao art. 2º da CF/88. E finalmente, proceder à exclusão do artigo 4º da proposição legislativa, pois não cabe ao Legislativo determinar ao Executivo a regulamentação de uma lei, trata-se de prerrogativa inerente a sua natureza e de sua exclusiva competência. Por esses motivos, apresentaremos ao final substitutivo - emenda a iniciativa legislativa original.

Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, que se manifesta pela ausência de contrariedade do projeto de lei a legislação infraconstitucional em geral, como as leis gerais federais, as leis estaduais que dizem respeito à matéria e a lei orgânica municipal. Nesse sentido, o projeto de lei em questão não afronta a referida legislação infraconstitucional.

Quanto à juridicidade sob o aspecto da regimentalidade prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa em questão.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 206/2021 com apresentação de substitutivo - emenda.

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2021.


Vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão
Relator

SUBSTITUTIVO - EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 206/2021

Altera a Lei nº 8616/2003 que "Contém o Código de Postura do Município de Belo Horizonte".

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º- Fica ao Título II da Lei nº 8.61.6, de 14 de Julho de 2003, o Seguinte Capítulo V:

"Capítulo V

Da Adoção de Logradouro Público

Art. 45-A. Os logradouros públicos e as áreas verdes municipais poderão ser adotados por empresas privadas, de economia mista, entidade associativa ou pessoa física, todas com sede ou residência no Município, para fins de manutenção, conservação, reforma, urbanização, melhorias de equipamentos, implantação e revitalização paisagística das áreas adotadas.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste capítulo, considera-se:

I - manutenção: serviços gerais de limpeza de áreas plantadas, passarelas, lagos, reparos; manutenção de gramados; manutenção de jardins; adubação de reposição; controle de pragas e doenças; manutenção de arbustos; manutenção de trepadeiras; manutenção de plantas anuais e forrações; poda de árvores e irrigação, dentre outros definidos no Termo de Cooperação;

II - implantação: construção de nova área verde e/ou estrutura física necessária para atender as demandas populacionais;

III - reforma: recuperação de áreas com implantação de projetos paisagísticos e, se for o caso, com a realização de retirada de espécimes, que deverão ser encaminhadas ao órgão competente mencionado no Termo de Cooperação, para posterior recuperação e aproveitamento.

IV - adotante: a pessoa natural ou jurídica que firmar parceria com o Poder Público Municipal para adoção do logradouro público ou áreas verdes;

V - melhoria urbana, paisagística e ambiental: o projeto, obra, serviço, ação e intervenção relativos às áreas disponíveis para adoção, inclusive, aquelas tombadas ou não, em caráter provisório ou definitivo, ou preservadas, nos termos da legislação municipal, estadual ou federal, que resultem no atendimento do interesse público e na melhoria da qualidade de vida urbana.

Art. 45-B. A adoção do logradouro público tem por objetivo:

I - incentivar e viabilizar ações para a conservação, execução e manutenção de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas;

II - aperfeiçoar as condições de uso dos espaços públicos e entornos com melhorias da iluminação, limpeza e segurança;

III - incentivar a instalação e a manutenção de mobiliário urbano que atenda às necessidades de lazer e às melhores práticas de preservação ambiental;

IV - priorizar a recuperação da paisagem urbana e a manutenção da biodiversidade existente no Município;

V - aprimorar os serviços de manutenção e zeladoria de praças e de áreas municipais;

VI - promover a participação da sociedade na urbanização, nos cuidados e na manutenção dos logradouros públicos, em parceria com o Município;

VII - conscientizar a população acerca da importância das áreas públicas para a qualidade da vida urbana, fomentando a noção de responsabilidade solidária entre o Poder Público e a coletividade no que toca a preservação de tais áreas e logradouros;

VIII - incentivar o uso de praças, parques e demais áreas públicas pela população como locais de lazer, convivência social, minimização dos impactos decorrentes da industrialização e realização de eventos, observada, neste último caso, a legislação específica.

Art. 45-C. Serão observadas, para a adoção de que trata este capítulo, as seguintes diretrizes:

I - promoção e divulgação de campanhas para adoção das áreas públicas;

II - incentivo à adoção por interessados que tenham sede ou estabelecimento próximo à área adotada;

III - implementação de medidas para agilidade e eficiência na adoção pelos interessados;

IV - desenvolvimento de programas e medidas de estímulo à adoção;

V - expansão das áreas adotadas no Município;

Art. 45-D. A adoção dos logradouros públicos far-se-á mediante condições a serem estabelecidas em Termo de Cooperação firmado pela pessoa natural ou jurídica legalmente constituída com o Município, por intermédio dos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, responsáveis pela manutenção desses espaços.

§1º No Termo de Cooperação, de que trata o *caput* deste artigo, serão estabelecidas as condições para a adoção da respectiva área e a descrição das obras e/ou serviços a serem prestados pelos adotantes.

§2º Será disponibilizado para consulta pública, no próprio *site* oficial da prefeitura, o cadastro atualizado:

I - dos logradouros públicos sob a administração da prefeitura e disponíveis para adoção contendo informações sobre seu estado de conservação, área ou extensão, equipamentos e mobiliários urbanos nelas existentes, bem como sobre as obras e/ou serviços a serem prestados pelos adotantes;

II - dos logradouros públicos adotados e dos respectivos Termos de Cooperação firmados, descrevendo as obras e/ou serviços prestados e a serem prestados.

§3º Os interessados na adoção de área pública, para os espaços que não estiverem cadastrados, poderão oferecer ao Poder Público proposta de cooperação e projeto a ser desenvolvido na área que se pretende adotar.

§4º Para adoção de áreas, nos termos do §2º, será adotado o mesmo processo previsto para as áreas cadastradas pelo Poder Público.

§5º Em caso de o mesmo espaço ser demandado por mais de um proponente à adoção e não havendo Termo de Cooperação em andamento, será priorizado aquele que tiver seu endereço registrado mais próximo ao local.

§6º Os espaços de adoção poderão ser disponibilizados por áreas ou conjuntos de áreas, observado o interesse público e a conveniência administrativa.

Art. 45-E. O Termo de Cooperação deverá conter as informações constantes de modelo padrão do órgão competente.

Art. 45-F. O interessado na adoção do logradouro público deverá apresentar ao órgão responsável termo indicando a área objeto da adoção, adicionados os documentos de qualificação, contendo a proposta de manutenção e/ou de realização das obras e/ou serviços para implantação ou reforma da área verde, com a descrição das melhorias urbanas a serem realizadas, devidamente instruída, se for o caso, com o projeto, plantas, croquis e cronogramas.

§ 1º Tratando-se de pessoa natural, o termo mencionado no *caput* deste artigo deverá ser instruído com:

I - cópia de documento de identidade, que contenha o Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - cópia do comprovante de residência.

§2º-Tratando-se de pessoa jurídica, o termo deverá ser, instruída com:

I - cópia da última alteração do contrato social, do estatuto ou de qualquer outro ato constitutivo;

II - cópia da Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

III - cópia do documento de identidade do responsável legal da pessoa jurídica, signatário do termo, conforme previsão no seu estatuto ou contrato social, ou do instrumento de mandato, no caso de a pessoa jurídica estar agindo por intermédio de procurador devidamente constituído.

Art. 45-G. O adotante poderá, a seu critério, contratar serviços especializados para a consecução dos fins constantes do Termo de Cooperação firmado com o Município.

Art. 45-H. É permitida ao adotante a colocação de placas indicativas de sua parceria com o Município no inferior da área adotada, contendo as informações sobre o adotante ou sinal distintivo com símbolos: comerciais ou logomarcas, respeitando os seguintes critérios, independentemente do número de co-parceiros que vierem a compartilhar a área em questão:

I - em áreas de até 1.000 (um mil) metros quadrados, será permitida a colocação de uma placa;

II - em áreas com mais de 1.000 (um mil) até 5.000 (Cinco mil) metros quadrados, será permitida a colocação de duas placas;

III - em áreas com mais de 5.000 (cinco mil) até 10.000 (dez mil) metros quadrados, será permitida a colocação de três placas;

IV - em áreas com mais de 10.000 (dez mil) metros quadrados, será permitida a colocação de quatro placas;

V - nos canteiros Separadores de pista, será permitida a colocação de placas distanciadas de 150 (cento e cinquenta) em 150 (cento e cinquenta) metros.

§1º As placas a que se refere o *caput* deste artigo deverão seguir modelo padrão estabelecidos pelo Poder Executivo.

§2º Poderão ser instaladas obras artísticas, estátuas, bustos e obras históricas nos locais adotados, desde que autorizadas no Termo de cooperação.

§3º Poderão ser explorados outros tipos de publicidade em equipamentos e mobiliários urbanos existentes ou a serem implantados, desde que autorizadas no Termo de Cooperação.

§4º Poderão ser criados espaços específicos conjugados às áreas ajardinadas, denominados "ESPAÇO PET", desde que autorizados no Termo de Cooperação, objetivando:

I - delimitar área cercada para o desenvolvimento de atividades voltadas para os animais domésticos de estimação;

II - fazer com que o animal realize atividades físicas e sensoriais, além de promover sua socialização;

III - conscientizar a população acerca da importância das áreas "ESPAÇO PET" para a qualidade do convívio urbano e para o conforto animal;

IV - promover a participação da sociedade na urbanização, nos cuidados e na manutenção das áreas destinadas aos animais domésticos.

§5º As benfeitorias resultantes das intervenções deste artigo serão incorporadas ao patrimônio do Município, sem direito a indenização ou retenção por parte do adotante.

§6º Critérios diferenciados, aos dispostos nesta lei para a colocação de placas indicativas de parcerias nos parques municipais, poderão ser utilizados, desde que motivados por exigência técnica, por interesse público ou conveniência administrativa.

Art. 45-1. Os adotantes serão os responsáveis pela realização das obras e serviços descritos no Termo de Cooperação firmado com o Município, bem como por quaisquer danos causados ao Poder Público e a terceiros.

§1º O adotante poderá indicar co-parceiros para auxiliar na execução do Termo de Cooperação;

§2º Será disponibilizado o acesso ao sistema de água e luz nos casos em que for necessária sua utilização.

Art. 45-1. O Termo de Cooperação poderá ser rescindido, de forma fundamentada nas seguintes situações:

I - pelo não atendimento do Termo de Cooperação;

II - pela ausência de manutenção adequada;

III - por abandono do adotante.

Parágrafo único. Será disponibilizado canal de denúncia popular pelo descumprimento do Termo de Cooperação."


Art. 2º - Fica acrescentado o inciso XII, ao caput do art. 264, da Lei nº8.616/103:

“Art. 264. (...)

XII - as instalações do art. 45-H.”

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2021.


Vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão
Relator

Justificativa

Belo Horizonte é uma cidade que possui inúmeros espaços públicos mal aproveitados e poucas praças como alternativa de lazer. Infelizmente, além de não ter muitas opções disponíveis de praças e parques, a maioria está em mau estado de conservação, sem segurança, sem espaços apropriados para os pets e sem uma estrutura básica para o bom uso desses espaços.

Além disso, a cidade que já foi considerada uma das mais belas do país, hoje dá a sensação de que está suja e mal cuidada, carecendo de melhorias e investimentos. Uma boa solução para o problema seria permitir e incentivar a realização desses investimentos pela iniciativa privada o que certamente deixaria o ambiente público mais cuidado limpo e atrativo.

Atualmente existe em Belo Horizonte o Programa “Adote o Verde”, instituído pelo Decreto nº 14.708/2011, que estabelece normas e procedimentos para parcerias entre Município e a sociedade, visando a adoção de áreas verdes públicas por pessoas naturais ou jurídicas. Embora o programa apresente inúmeros benefícios para a cidade, verificam-se diversas limitações, passíveis de melhoria, o que se objetiva com presente a proposição.

Nesse sentido, este projeto de lei visa possibilitar a adoção, além das áreas verdes municipais, também dos logradouros públicos por empresas privadas, de economia mista, entidade associativa ou pessoa física, todas com sede ou residência no Município.

Portanto, trata-se de iniciativa que busca, além de ampliar o rol de possibilidade de adoção de áreas públicas, tornar o procedimento mais eficaz e célere, a fim de promover melhor cuidado da cidade e implementar melhorias básicas de infraestrutura em prol de toda população.

Ressalta-se que o projeto respeita o princípio da separação de poderes, uma vez que não cria obrigações e não dispõe sobre atribuições de órgãos da administração pública, respeitando a forma de atuação do Poder Executivo.

Importa ainda destacar a ausência de majoração de despesas para o Poder Executivo, a não ser aquelas que, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, possam ser consideradas como irrelevantes, uma vez que já existe no Município estrutura para a realização de parcerias da adoção de áreas verdes, nos termos do Programa Adote o Verde.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 944/2020 - 2ª TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 944/2020 de autoria da Comissão Especial de Estudos – Racionalização do Estoque de Normas, composta quando da sua instalação pelos Vereadores Irlan Melo e Leo Burguês e pelos Ex - Vereadores Mateus Simões, Orlei e Autair Gomes tem como objeto consolidar em um único instrumento legal todas as leis municipais declaratórias de utilidade pública de diversas entidades que trabalham sem enfoque no lucro.. Após a sua apreciação primeiro turno, ao projeto de lei foram apresentados os substitutivos - emendas 01 e 02 que serão examinados a seguir.

Na função de relator designado da matéria, segue fundamentação e voto, quanto aquilo que compete a Comissão de Legislação e Justiça, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Examinando as proposições legislativas apresentadas, verifica-se que o Substitutivo - Emenda nº 01 de autoria do Vereador Irlan Melo visa corrigir a redação do projeto de lei original, visando adequá-lo à técnica legislativa e promover alterações outras que maculam seu texto, tais como leis com grafia de número errado; lei com objeto estranho ao tema da consolidação; lei já revogada; nomes de entidades que não se encontram listados no Anexo I do projeto de lei; nomes de entidades que se encontram, respectivamente, listados nos anexos I e II do projeto de lei; nomes de entidades, no Anexo II do projeto de lei, já declaradas de utilidade pública.

O Substitutivo - Emenda nº 02 de autoria dos Vereadores Gabriel; Braulio Lara; Fernanda Pereira Altoé; Marcela Trópia; Professor Juliano Lopes; Wanderley Porto, por sua vez,

Câmara Municipal de Belo Horizonte - Comissão de Legislação e Justiça - 07-01-2021 - 14:44:00Z/99-1/2



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

revoga todas as leis declaratórias de utilidade às entidades que especificam constante do projeto de lei original pelo seguinte argumento constante da sua Justificativa: "Tendo em vista que já não existe o instrumento da "utilidade pública" em nenhuma das 3 esferas de Governo, e dada a existência de Lei Federal, Lei Estadual e Lei Municipal que acabam com este instituto, apresentamos emenda para a revogação dessas Leis que não tem mais qualquer função no ordenamento jurídico."

As proposições legislativas supracitadas, sob o ponto de vista constitucional, estão em conformidade com a competência inserida no art.30, I da Constituição Federal e, como já mencionado, cada uma *per si* promovem nítidas melhoras na iniciativa legislativa inaugural.

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da iniciativa legislativa em exame, com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal. Sendo assim, os substitutivos – emendas 01 e 02 afiguram-se adequadas e não destoam de qualquer dispositivo do nosso ordenamento jurídico.

Verifica-se a regular tramitação e compatibilidade das proposições legislativas em tela com as exigências do Regimento Interno desta Casa Legislativa, razão pela qual concluo pela regimentalidade das mesmas.

CONCLUSÃO

Posto exposto, somos pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade dos Substitutivos - Emendas nº 1 e nº 02 ao Projeto de Lei 944/2020.

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2021.


Reinaldo Gomes Preto Sacolão
Vereador



DIRLEG

FI.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 1340 / 14**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para Redação Final**

Em 05/10/2021,


Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
GABRIEL para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 15 / 10 / 21
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 1.340/14

Dispõe sobre a afixação de adesivos para alertar sobre o câncer de mama e ressaltar a importância do autoexame de mama nas lojas que comercializam artigos femininos.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - As lojas que comercializam artigos femininos e que dispõem de provadores deverão afixar, nos espelhos, adesivos para alertar sobre o câncer de mama e ressaltar a importância do autoexame de mama, nos termos desta lei.

Art. 2º - O adesivo de que trata o art. 1º desta lei poderá conter informações que orientem a execução do autoexame de mama e divulgar campanhas da Secretaria Municipal de Saúde ou de outro órgão de saúde estadual ou federal que realize campanhas de conscientização e/ou divulgação do autoexame de mama.

Art. 3º - As informações a que se refere o art. 2º desta lei deverão ser acompanhadas por ilustrações do autoexame de mama.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Belo Horizonte, 15 / 10 / 21


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.340/14

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.340/14, que “Disciplina acerca da afixação de adesivos para alertar sobre o câncer de mama e ressaltar a importância do autoexame de mama nas lojas que comercializam artigos femininos”, de autoria do vereador Bispo Fernando Luiz, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 3 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Cabe ressaltar que foi dada nova redação ao art. 2º do texto original do projeto em função da aprovação da Emenda nº 3.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.340/14.

2021-10-26, 15:42:00, Legislativa-15-Out-2021-12:42-002871-001



PL Nº 1016 / 2020

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 07 / 10 / 21

426

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo o vereador GABRIEL para emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 15 / 10 / 21

CP
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 1.016/20

Dispõe sobre a classificação de igrejas, templos e santuários religiosos como serviço essencial.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam classificados como serviço essencial igrejas, templos e santuários religiosos, de modo a permanecerem abertos e prestando assistência espiritual e assistencial às comunidades religiosas.

Art. 2º - Esta lei é de implantação imediata conforme as diretrizes e os preceitos técnicos sanitários exarados pelo poder público municipal.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 15 / 10 / 21


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.016/20

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.016/20, que "Dispõe sobre a classificação das igrejas e santuários religiosos como serviço essencial no Município de Belo Horizonte", de autoria do vereador Henrique Braga, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar:

- a supressão, na ementa e no art. 1º do projeto de lei, da expressão "no Município de Belo Horizonte", uma vez que o âmbito territorial de aplicação da lei já está expresso no seu preâmbulo;
- a reformulação da ementa do projeto de lei, para a adequação do seu texto ao disposto no art. 1º do projeto aprovado;
- a reformulação sintática do texto do art. 1º do projeto de lei, a fim de garantir ao texto aprovado maior clareza e adequá-lo às normas gramaticais;
- a substituição, no art. 2º do projeto de lei, do termo "proposição" pelo termo "lei", a fim de garantir ao texto aprovado precisão.

Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.016/20.

OEM-Dirleg - Legislativa-15-Out-2021-12:42-002872-001

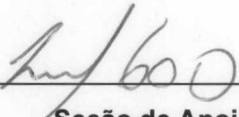


DIRLEG

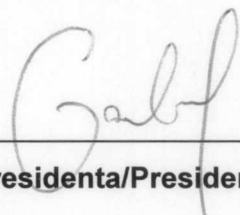
Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 1050 / 20**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para Redação Final**

Em 07/10/2021,


Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
GABRIEL para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 15 / 10 / 21
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 1.050/20

Declara o valor ecológico, paisagístico, cultural e comunitário da área conhecida como "Mata do Planalto".

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica declarado o valor ecológico, paisagístico, cultural e comunitário da área remanescente de Mata Atlântica conhecida como "Mata do Planalto", delimitada pelas ruas Branca Ferraz Isoni, Iracema Souza Pinto, David Nasser, Isaurino Alves de Souza, João de Sales Pires, Bacuraus, São José do Bacuri e Cotovias, no Bairro Planalto.

Art. 2º - Para os fins desta lei, o Poder Executivo editará os atos necessários para o cumprimento do que dispõe seu art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 15 / 10 / 21


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.050/20

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.050/20, que “Reconhece o valor ecológico, paisagístico, cultural e comunitário da área conhecida como ‘Mata do Planalto’”, de autoria das vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.050/20.

Dir. Dir. Leg. Legislativa-15-Out-2021-12:43-002875-1/2



Comissão de Legislação e Justiça

Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 81/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 81/21, que “Altera as Leis nº 7.169, 30 de agosto de 1996, nº 8.493, de 24 de janeiro de 2003, nº 9.319, de 19 de janeiro de 2007, nº 9.443, de 18 de outubro de 2007, nº 10.671, de 25 de outubro de 2013, nº 10.864, de 28 de outubro de 2015, nº 10.948, de 13 de julho de 2016, nº 11.065, de 1º de agosto de 2017, nº 11.136, de 18 de outubro de 2018, e dá outras providências”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 11 - Substitutivo - e com as Subemendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12 e 13 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo.

Em razão da aprovação das Subemendas nºs 7, 11 e 13, foram acrescentados, respectivamente, os seguintes dispositivos ao texto inicial:

- parágrafo único ao art. 9º (renumerado como art. 7º);
- art. 10 (renumerado como art. 8º), tendo sido criado um Anexo, numerado como Anexo Único, para comportar a tabela proposta pelo dispositivo;
- art. 11 (renumerado como art. 10).

Em razão da aprovação das Subemendas nºs 2, 5, 6, 8 e 11, foi dada nova redação, respectivamente, aos seguintes dispositivos:

- art. 1º;
- art. 4º (renumerado como art. 2º);
- art. 9º (renumerado como art. 7º);



- art. 10 do texto inicial (renumerado como art. 9º);
- inciso II do art. 14.

Em razão da aprovação das Subemendas nºs 3, 4, 9 e 12, foram suprimidos, respectivamente, os seguintes dispositivos, renumerando-se os dispositivos subsequentes, inclusive os acrescentados:

- art. 2º;
- art. 3º;
- inciso III do art. 13;
- inciso I do art. 14.

Em razão das renumerações, ocorreram as seguintes alterações na ordem dos dispositivos do texto inicial que permaneceram no texto final:

- o art. 4º do texto inicial foi renumerado como art. 2º;
- o art. 5º do texto inicial foi renumerado como art. 3º;
- o art. 6º do texto inicial foi renumerado como art. 4º;
- o art. 7º do texto inicial foi renumerado como art. 5º;
- o art. 8º do texto inicial foi renumerado como art. 6º;
- o art. 9º do texto inicial foi renumerado como art. 7º;
- o art. 10 do texto inicial foi renumerado como art. 9º;
- o art. 11 do texto inicial foi renumerado como art. 10.

Cabe ressaltar que o art. 10 acrescentado pela Subemenda nº 11 foi renumerado como art. 8º, ao passo que o art. 10 do texto inicial passou a ser numerado como art. 9º.



Em razão da aprovação da Subemenda nº 11, o conteúdo do inciso I do art. 14, único subsistente, foi incorporado ao *caput* de seu respectivo artigo.

Em razão da renumeração do art. 9º do texto inicial para art. 7º e da renumeração do art. 10 inserido pela Subemenda nº 11 para art. 8º, foi realizado o respectivo ajuste nas remissões constantes no art. 14.

A tabela do Anexo do texto inicial foi integrada a seu respectivo dispositivo (art. 8º, renumerado como art. 6º), de acordo com os padrões deste Legislativo, que considera a extensão textual das alterações.

Foi reformulada a ementa, para conferir maior precisão informativa sobre o conteúdo da lei.

Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 81/21.



PROJETO DE LEI Nº 81/21

Altera as leis nºs 7.169/96, 9.319/07, 9.443/07, 10.864/15, 10.948/16, 11.065/17, 11.136/18, revoga a Lei nº 5.279/88 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O § 2º do art. 70 da Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos ao referido artigo os seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 70 - [...]

§ 2º - Fica admitida a compensação da jornada prestada além da jornada normal de trabalho do servidor, nos termos do regulamento.

§ 3º - Fica admitida a redução da jornada de trabalho para 20h (vinte horas) semanais, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo, ao servidor que tiver sob sua guarda filho com deficiência ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de pessoa com deficiência em tratamento especializado.

§ 4º - A deficiência, para fins do § 3º deste artigo, deverá ser comprovada por meio de apresentação de laudo médico que ateste a limitação para a vida independente e a necessidade de acompanhamento da pessoa com deficiência durante o tratamento especializado.”.

Art. 2º - O art. 53 da Lei nº 9.319, de 19 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 53 - [...]

§ 1º - Fica admitida a redução da jornada de trabalho para 20h (vinte horas) semanais, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo, ao servidor que tiver sob sua guarda filho com deficiência ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de pessoa com deficiência em tratamento especializado, nos termos do regulamento.

§ 2º - A deficiência, para fins do § 1º deste artigo, deverá ser comprovada por meio de apresentação de laudo médico que ateste a limitação para a vida independente e a necessidade de acompanhamento da pessoa com deficiência durante o tratamento especializado.”.



Art. 3º - O art. 15 da Lei nº 9.443, de 18 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 - Fica instituída a Gratificação de Incremento das Ações do Plano Municipal de Saúde, a ser paga aos servidores e empregados públicos efetivos em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, com nível superior de escolaridade, bem como aos servidores públicos ocupantes de cargos públicos de nível superior da área da Saúde, vinculados ao Sistema Estadual de Gestão de Saúde e ao Ministério da Saúde, colocados à disposição do Município para o cumprimento de atividades no âmbito do SUS, e aos contratados administrativamente para os cargos correlatos, designados por ato do Poder Executivo para exercerem atividades de planejamento, monitoramento, avaliação e apoio à implementação do Plano Municipal de Saúde e demais projetos estratégicos, nos termos do regulamento desta lei.

§ 1º - O valor mensal da gratificação a que se refere o *caput* deste artigo será de R\$826,41 (oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e um centavos) para agentes públicos com jornada semanal de trabalho de 40h (quarenta horas), devendo o valor ser proporcional às demais jornadas semanais.

§ 2º - Para o desempenho das atividades a que se refere o *caput* deste artigo, poderão ser designados, simultaneamente, até 225 (duzentos e vinte e cinco) agentes públicos.

§ 3º - A gratificação a que se refere o *caput* deste artigo será tomada como base de cálculo para fins de incidência do imposto sobre a renda e não integrará o cálculo da contribuição previdenciária, do pagamento do 1/3 (um terço) de férias regulamentares ou da gratificação natalina.

§ 4º - A Gratificação de Incremento das Ações do Plano Municipal de Saúde poderá ser concedida aos ocupantes de cargo em comissão ou função pública gratificada na Secretaria Municipal de Saúde."

Art. 4º - O art. 1º da Lei nº 10.864, de 28 de outubro de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 1º - [...]"

§ 7º - A Gratificação pela Função de Instrutor em Programa de Aperfeiçoamento Profissional poderá ser concedida aos servidores e empregados públicos vinculados às autarquias e fundações, observado o disposto neste artigo, conforme a disponibilidade orçamentária."



Art. 5º - O inciso IV do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.948, de 13 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - [...]"

Parágrafo único - [...]"

IV - manifestação expressa e formal do servidor de sua opção pela alteração;"

Art. 6º - O item B do Anexo III da Lei nº 11.065, de 1º de agosto de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"B - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO	QUANTIDADE DE VAGAS
Supervisor de Alimentação	62

"

Art. 7º - O § 5º do art. 8º da Lei nº 11.136, de 18 de outubro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - [...]"

§ 5º - O salário-base inicial dos ocupantes dos empregos públicos de ACS, ACE e ACE II, ativos, aposentados e pensionistas, não poderá ser inferior ao valor do piso salarial profissional nacional previsto na Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006 e suas alterações, sendo sua aplicação condicionada ao repasse de recursos da União de 95% (noventa e cinco por cento)."

Parágrafo único - O art. 8º da Lei nº 11.136/18 fica acrescido do seguinte § 5º-A:

"Art. 8º - [...]"

§ 5º-A - O salário-base dos ocupantes dos empregos públicos de ACS, ACE e ACE II, ativos, aposentados e pensionistas, será o correspondente ao nível ocupado pelo empregado na tabela de vencimentos, respeitando as progressões adquiridas na carreira, seja por tempo de serviço ou escolaridade, não podendo a diferença existente entre cada nível da tabela ser inferior a 5% (cinco por cento)."



Art. 8º - O Anexo IV da Lei nº 11.136/18 passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo Único desta lei.

Art. 9º - Aplica-se aos empregados públicos da administração direta, aos servidores e empregados públicos das autarquias, fundações e empresas públicas o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 70 da Lei nº 7.169/96, acrescentados pelo art. 1º desta lei.

Art. 10 - Fica instituído abono a ser pago ao servidor, empregado público ou profissional contratado administrativamente em razão do dia trabalhado nas campanhas de vacinação realizadas aos finais de semana, implementadas em atendimento às estratégias nacionais de prevenção e enfrentamento à epidemia da covid-19, conforme escalas determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde, não podendo exceder 12 (doze) horas.

§ 1º - O valor do abono será equivalente ao abono de plantão extra a que se refere o art. 4º da Lei nº 9.450, de 13 de novembro de 2007, pelo cumprimento de plantão de 12 (doze) horas, realizado entre 19h (dezenove horas) da sexta-feira e 7h (sete horas) da segunda-feira, feriado e ponto facultativo, e será proporcional ao número de horas trabalhadas.

§ 2º - Para os cargos de Agente Sanitário, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate a Endemias, Agente de Combate a Endemias II e Agente Executivo Governamental, em exercício nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, será utilizado como referência o valor aplicado ao cargo efetivo de Agente de Serviços de Saúde, nos termos do § 1º deste artigo.

§ 3º - O agente público a que se refere o *caput* deste artigo poderá fazer a opção pelo cômputo das horas trabalhadas nas campanhas de vacinação em banco de horas, nos termos do regulamento, não sendo devido, nesse caso, o pagamento do abono.

§ 4º - O abono de que trata este artigo:

I - não será incorporado à remuneração em qualquer hipótese ou para qualquer finalidade, exceto para fins de desconto do imposto de renda;

II - não integrará o pagamento de férias regulamentares ou da gratificação natalina.

Art. 11 - Fica o Executivo autorizado a criar o Abono Covid-19 para servidores e empregados públicos municipais da área da Saúde e da Assistência Social que estejam atuando em medidas de combate à calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19, enquanto perdurarem os efeitos do estado de calamidade pública no Município.

§ 1º - O abono a que se refere o *caput* deste artigo será concedido aos servidores e empregados públicos municipais da área da Saúde e da Assistência Social



que estejam atuando presencialmente em medidas de combate à calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19.

§ 2º - O abono a que se refere o *caput* deste artigo será devido aos servidores e empregados públicos municipais efetivos em exercício, bem como aos servidores públicos ocupantes de cargos públicos da área da Saúde, vinculados ao Sistema Estadual de Gestão de Saúde e ao Ministério da Saúde, colocados à disposição do Município para o cumprimento de atividades no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e aos contratados administrativamente para os cargos correlatos, desde que em atividades presenciais.

§ 3º - O valor do abono a que se refere o *caput* deste artigo será de até R\$1.000,00 (mil reais), com efeitos financeiros retroativos à data de publicação do Decreto nº 17.334, de 20 de abril de 2020.

Art. 12 - Para atender ao disposto nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a adaptar seus instrumentos de planejamento financeiro no valor de R\$2.281.090,44 (dois milhões, duzentos e oitenta e um mil e noventa reais e quarenta e quatro centavos), ao orçamento corrente, bem como a reabri-lo pelo seu saldo para o exercício seguinte.

Art. 13 - Ficam revogados:

I - a Lei nº 5.279, de 26 de setembro de 1988;

II - o inciso V do § 1º do art. 12 da Lei nº 9.319/07.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2021 para os arts. 7º e 8º.

Belo Horizonte, 15 / 10 / 21


RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

ANEXO ÚNICO (a que se refere o art. 8º desta lei)

“ANEXO IV

TABELA DE SALÁRIO-BASE DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE - E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS II

TABELA SALÁRIO-BASE - 40 HORAS SEMANAIS															
NÍVEL															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	1.550,00	1.627,50	1.708,88	1.794,32	1.884,03	1.978,24	2.077,15	2.181,01	2.290,06	2.404,56	2.524,79	2.651,03	2.783,58	2.922,76	3.068,89
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1.550,00	1.627,50	1.708,88	1.794,32	1.884,03	1.978,24	2.077,15	2.181,01	2.290,06	2.404,56	2.524,79	2.651,03	2.783,58	2.922,76	3.068,89
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS II	1.792,84	1.882,48	1.976,81	2.075,44	2.179,21	2.288,17	2.402,58	2.522,71	2.648,84	2.781,28	2.920,35	3.066,36	3.219,68	3.380,67	3.549,70

”



PL Nº 172 / 21

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 23 / 9 / 21

[Signature]
Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo o vereador GABRIEL para emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 5 / 10 / 21

[Signature]
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 172/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 172/21, que “Institui a Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Burnout”, de autoria do vereador Cláudio do Mundo Novo, foi aprovado conclusivamente por esta comissão na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 172/21.

C:\B\Legislacao\Legislativa-05-Out-2021-12:10-002754-1/2



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 172/21

Institui a Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Burnout.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituída a semana do dia 15 de outubro como Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Burnout.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 5 / 10 / 21


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



PL Nº 175 / 21

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para redação final

Em 23 / 9 / 21

18467
Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo o vereador GABRIEL para emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 8 / 10 / 2021

[Assinatura]
Presidente da comissão



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 175/21

Relatório

O Projeto de Lei nº 175/21, que “Institui o Dia dos Hospitais, das Entidades Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos”, de autoria do vereador Cláudio do Mundo Novo, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 175/21.

CEH-Diret. Legislativa-05-Out-2021-12:19-002755-1/2



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 175/21

Institui o Dia dos Hospitais, das Entidades Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído o dia 14 de julho como o Dia dos Hospitais, das Entidades Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que prestam serviço ao Sistema Único de Saúde - SUS - do Município.

Parágrafo único - A data de que trata esta lei será dedicada à valorização e ao reconhecimento da importância dessas instituições para a saúde pública.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 5 / 10 / 2021


RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



PL Nº 185 / 2021

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Para redação final

Em 30 / 09 / 21

242-487

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo o vereador GABRIEL para emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 15 / 10 / 21

[Signature]
Presidente da comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PROJETO DE LEI Nº 185/21

Institui o Dia Municipal do Atleta Paralímpico.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído o dia 23 de setembro como o Dia Municipal do Atleta Paralímpico, com o propósito de homenagear, divulgar e apoiar o trabalho dos atletas, além de promover a inclusão.

Parágrafo único - Por ocasião do Dia Municipal do Atleta Paralímpico, o poder público poderá, em parceria com entidades, associações ou escolas, promover esportes paralímpicos, campanhas, pesquisas e outras atividades para divulgar o tema.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 15 / 10 / 21


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



Comissão de Legislação e Justiça **Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 185/21**

Relatório

O Projeto de Lei nº 185/21, que “Institui o ‘Dia Municipal do Atleta Paralímpico’ a ser comemorado anualmente no dia 23 de setembro, no âmbito do município de Belo Horizonte”, de autoria da vereadora Professora Marli e dos vereadores Álvaro Damião, Jorge Santos, Marcos Crispim, Walter Tosta e Wanderley Porto, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cumpre destacar a reformulação parcial da ementa e do art. 1º do projeto em análise, com o objetivo de conferir-lhes clareza, concisão e paralelismo sintático.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 185/21.

CE-Dirleg, Legislativa-15-Out-2021-12:43-002874-001



Comissão de Legislação e Justiça
Proposta de Diligência sobre o Projeto de Lei nº 200/2021

Relatório

O Projeto de Lei nº 200/2021, que “Dá o nome de Rua Petúnia Dourada à Rua Quatro Mil Novecentos e Treze, no Bairro Cinquentenário”, de autoria do Vereador Irlam Melo, foi distribuído para esta comissão.

Designado relator para análise da matéria, apresento esta proposta de diligência, nos termos do art. 86, inciso II, do Regimento Interno.

Fundamentação

Visando exarar um parecer jurídico fundamentado por parte desta relatoria e, consequentemente, pela Comissão de Legislação e Justiça, em caso de sua aprovação, solicitamos que seja baixado em diligência o presente projeto de lei ao gabinete do prefeito para informar fundamentadamente:

- se existe algum óbice técnico ou de outra natureza que impeça a nomeação da Rua Quatro Mil Novecentos e Treze, no Bairro Cinquentenário;
- se existe interesse e conveniência públicos na referida nomeação nos termos propostos. Em caso negativo informar o motivo.

Conclusão

Feitas essas considerações, proponho seja pedida a prestação por escrito das informações necessárias, conforme discriminado na fundamentação, ao órgão ali indicado.

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2021.


Vereador Reinaldo Gomes Preto do Saolão

Relator

CTP - Dir. Legislativa - 07-Out-2021 - 14:44 - 002800-1/2



PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 203/2021
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 203/2021 de autoria do nobre Vereador Irlan Melo, que ***“Dá o nome de Centro de Saúde Toninho Pinheiro ao Centro de Saúde Vila Pinho”***.

Considerando-se que, no Município de Belo Horizonte a questão é regulada por legislação específica, qual seja, a Lei nº 9.691/09 que *“Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências”*.

Considerando-se que, em razão da última alteração do Regimento Interno dessa Casa, na Comissão de Legislação e Justiça:

Art. 53 - Serão considerados conclusivos os pareceres:

I - a projetos que versem sobre denominação de próprio público, concessão de homenagem cívica e definição de data comemorativa;

Entendemos ser necessária a seguinte providência no que tange o Projeto 203/2021 para formulação do devido juízo acerca de seu aspecto jurídico e de mérito, nos termos do art. 52, I, “b” do Regimento Interno:

- seja o Projeto baixado em diligência nos termos do art. 86, II do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, ***a fim de que seja encaminhado ao órgão competente para emissão de parecer acerca da pretendida nomeação de próprio público referente ao***

CM - Diret. Legislativa - 15-Out-2021 - 14:15:002900-1/2



Centro de Saúde Vila Pinho, no que tange às condições de sua viabilidade, nos termos da Lei 9.691/2009.

Belo Horizonte, 15 de outubro de 2021.


Vereador Jorge Santos

Relator